

**CORREIO
DAS REGIÕES**



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE JUNDIAÍ

DAE alerta a população para o descarte irregular de óleo na cidade

Chefe e assessor da Prefeitura negam atuação no Rotativo de Bauru

O chefe de Gabinete da Prefeitura de Bauru, Leonardo Marcari, e o assessor Daniel Fernandes de Freitas negaram à Comissão Especial de Inquérito (CEI) qualquer participação na contratação do novo sistema de estacionamento rotativo. Segundo os depoimentos, ambos afirmaram que não participaram da elaboração do Termo de Referência nem da condução do processo. Durante a reunião, a CEI também informou que enviará à Prefeitura um ofício sugerindo a retirada dos parquímetros do contrato firmado pela Emdurb, alegando baixa utilização dos equipamentos. A comissão ainda aprovou novos questionamentos técnicos à empresa sobre o funcionamento do sistema e informou que consultará a Procuradoria da Câmara para avaliar se a prefeita Suellen Rosim poderá ser convocada ou apenas convidada a prestar esclarecimentos.

100 toneladas de óleo descartadas na rede

A DAE Jundiaí alertou que cerca de 100 toneladas de óleo foram retiradas da rede de esgoto até junho, evidenciando o descarte irregular do resíduo. Segundo a empresa, o óleo pode causar entupimentos, extravasamentos e danos ambientais. Para incentivar o descarte correto, a DAE participa do programa Óleo do Bem, que troca cada litro de óleo usado entregue em pontos de coleta por uma barra de sabão ecológico produzida a partir da reciclagem do resíduo. A ação busca preservar a rede de esgoto e o meio ambiente.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE JUNDIAÍ



DAE Jundiaí alerta a população para o descarte irregular de óleo

Concessão de cemitérios avança em Araraquara

A Prefeitura de Araraquara confirmou à Câmara o interesse em conceder à iniciativa privada a administração dos cemitérios municipais São Bento e dos Britos. A informação foi enviada em resposta a um requerimento de vereadores, após o tema ser citado durante audiência da LDO. Segundo a administração, ainda não há estudos técnicos consolidados sobre a concessão, mas o Legislativo será informado quando houver definições sobre o projeto. O Executivo também informou que, até o momento, não há modelo de concessão definido.

Servidor explica atraso em ofício da CEI

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Câmara de Bragança Paulista ouviu o chefe da Divisão de Assuntos Parlamentares da Prefeitura, Luís Eduardo Sabatini de Barros, sobre a demora na resposta a um ofício que solicitava a relação de motoristas e operadores de máquinas da Secretaria de Serviços. O servidor afirmou que apenas encaminhou o pedido às secretarias responsáveis e que o levantamento foi concluído na semana passada.

Golpe do e-mail falso

O Procon Ribeirão Preto alerta comerciantes, empresários e consumidores sobre um golpe que utiliza o nome do órgão em e-mails falsos. As mensagens simulam notificações de reclamações e multas para induzir vítimas a clicar em links maliciosos e fornecer dados. O órgão orienta que qualquer comunicação seja confirmada pelos canais oficiais.

Oncologia pelo SUS

O Hospital São Vicente, em Jundiaí, passou a contar com um novo acelerador linear para o tratamento de pacientes com câncer atendidos pelo SUS. O equipamento oferece maior precisão na radioterapia, reduz efeitos colaterais e torna as sessões mais rápidas. A tecnologia beneficia moradores de Jundiaí e de outros oito municípios da região.

Plano de Educação

A Câmara de Franca realiza nesta terça-feira (28) a 26ª Sessão Ordinária de 2026. Entre os projetos em pauta está a proposta da Prefeitura que prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação até julho de 2027. Segundo o Executivo, a medida garante a continuidade das políticas educacionais enquanto um novo plano é elaborado.

Cremação Pet Gratuita

A Prefeitura de Sorocaba abriu inscrições para um plano preventivo gratuito de cremação de pets, em parceria com a iniciativa privada. O benefício, com validade de um ano, inclui atendimento veterinário on-line, descontos em serviços e cremação coletiva em caso de morte do animal. As vagas são limitadas e serão preenchidas por ordem de inscrição.

IPTU Verde

A Prefeitura de São Roque abrirá, em 1º de agosto, as inscrições para o programa IPTU Verde, que concede descontos de até 10% no imposto a imóveis que adotem práticas sustentáveis. Os pedidos poderão ser feitos até 31 de outubro, pelo site da Prefeitura. O benefício varia conforme a pontuação obtida na avaliação da Divisão de Meio Ambiente.

Meu Pai Tem Nome

Estão abertas as inscrições para o mutirão Meu Pai Tem Nome, que oferece reconhecimento e investigação de paternidade gratuitos. Os interessados podem se inscrever até 30 de julho. Em Itu, o atendimento será realizado em 1º de agosto, na Prefeitura, com serviços como exame de DNA, reconhecimento de paternidade e orientações.



Justiça manteve suspensas as obras do Trecho II da Marginal Itanguá

Justiça mantém embargo das obras da Marginal Itanguá

Decisão determina isolamento urgente da área e mantém autorizadas

Da **Redação**

A Justiça Federal manteve suspensas as obras do Trecho II da Marginal Itanguá, em Sorocaba, e determinou que a Prefeitura comprove o isolamento e a lacração da área onde o empreendimento está paralisado. A decisão, da juíza federal Raquel Alice Zilli Cavalcante, rejeita o pedido do município para reverter a liminar concedida no início de julho e mantém multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

Com a decisão, permanecem proibidas atividades como supressão de vegetação, terraplanagem, movimentação de máquinas e qualquer intervenção que represente avanço das obras em Área de Preservação Permanente (APP). A magistrada autorizou apenas serviços emergenciais para conter danos ambientais, sem avanço da obra.

Entre as medidas permitidas estão o reforço das barreiras de contenção de sedimentos, drenagem provisória, estabilização de taludes, retirada de materiais depositados na área, vigilância patrimonial e monitoramento ambiental passivo. As intervenções deverão ser informadas previamente à Justiça. Ao analisar o pedido de

reconsideração, a juíza entendeu que permanecem os indícios de irregularidades no processo de licenciamento ambiental. A magistrada também concluiu que a Lei Federal nº 15.190/2025 não se aplica ao caso, pois o licenciamento ambiental questionado é anterior à norma.

A decisão também destaca a ausência de autorização para manejo da fauna silvestre antes da supressão da vegetação e considera que há risco de danos ambientais irreversíveis. Fotografias anexadas ao processo mostram o deslocamento de capivaras e a morte de um sagui nas proximidades da obra, apontados como indícios dos impactos da intervenção.

Além de manter o embargo, a Justiça determinou que o Ibama realize, em até 15 dias, uma vistoria técnica para verificar a extensão do desmatamento, avaliar a vegetação remanescente, apurar a morte de animais silvestres e analisar as medidas de contenção adotadas no local.

As obras da Marginal Itanguá foram suspensas após uma ação popular que questiona a legalidade do licenciamento ambiental do empreendimento. O projeto foi orçado em cerca de R\$ 68 milhões.